

Senergisul faz eleição

Mais de 10 mil eletricitários participaram da eleição para nova diretoria do sindicato da categoria no Rio Grande do Sul. Manuel Valente, se reelegeu com mais de 60% dos votos. A Chapa 2, de oposição, computou 39,5% dos votos.

Demitidos de Collor

O Ministério da Administração Federal está avisando que assim que acabar de processar todos requerimentos de reintegração dos demitidos do serviço público e estatais, vai encaminhar aos mesmos um número de protocolo, que será o número de processo de cada um. Está sendo realizada ainda a classificação e triagem (tipos de demissão, informações dos órgãos e empresas, e sobre a força de trabalho de 89 a 93). A Comissão Especial do ministério que está realizando este processo avisou que não será feita análise individual e que a decisão final será do Presidente Itamar Franco.

Erramos

O deputado Jarvis Gaidzinsky, que anunciou prazeiramente a privatização da Celesc 15 dias atrás, é na verdade proprietário da Eliane, e não Cecrisa como dissemos na última edição do LV.

Novos em folha

Hoje, 26 de agosto, novos 23 representantes sindicais do Sinergia na Celesc e Eletrosul serão empossados. A festa acontece na sede do sindicato, a partir das 18 horas.

Avise os reclamantes

O pessoal da Eletrosul, que trabalha no Serião, finalmente teve uma definitiva sentença sobre a ação de horas "in itinere": ganharam a causa. Mas apenas três reclamantes terão direito à ação. Os outros 17, desistiram por causa das ameaças do ex-presidente Gazaniga.

LINHA VIVA

Nº 239
26/08/93

CNE retarda lei das CONCESSÕES

Uma ação persistente do Comando Nacional dos Eletricitários e do Fórum de Ciência e da Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro conseguiu suspender a tramitação do projeto de lei que discute as concessões de serviços públicos. A decisão de interromper o curso normal do processo deu-se na reunião de lideranças dos partidos no Senado - dia 12 de agosto -, e representa, na prática, um obstáculo temporário para os que pretendem privatizar rapidamente o setor elétrico.

O projeto original que estava tramitando é de autoria de Fernando Henrique Cardoso quando era senador e foi modificado, sob auspícios do governo Collor, pelo deputado José Carlos Aleluia (PFL/BA) determinando que a União, num prazo de dois anos, abrisse licitação sobre todas as concessões, vencidas ou por vencer. Na verdade o projeto abriu espaços para que as empresas estatais perdessem o direito sobre as fatias mais interessantes do mercado. Por exemplo, a Celesc poderia perder a concessão sobre a distribuição de energia nas grandes cidade - polos rentáveis - permanecendo apenas com a parte deficitária que certamente não interessaria aos empresários do setor privado.

O senador José Fogaça (PMDB/RS) é o relator do processo e foi o único líder a defender a aprovação do projeto tal como se encontra atualmente, e é quem está negociando com o Executivo em nome do senado. f)#

Fernando Henrique, agora como ministro, defende que o projeto seja aprovado imediatamente, com a emenda Aleluia, conforme informação do jornal *Gazeta Mercantil*. Enquanto isso o Executivo se compromete a elaborar uma regulamentação específica para o setor elétrico. Se a lei for aprovada, adeus concessões. FHC deixa o caminho livre para, no próximo mês, anunciar um programa de privatizações.

O ministro, no entanto, garante que os representantes do setor elétrico serão ouvidos antes do sinal verde para a aprovação final no senado.

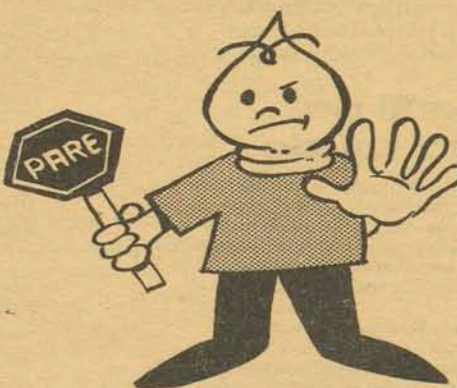
Segundo João José Cascaes Dias e Delman Ferreira, diretores do Sinergia que acompanham a questão em Brasília, "o fato do CNE ter tido uma atuação firme durante o processo o credencia para criticar e influenciar nos futuros desdobramentos. Mas a esperança, com tanto neoliberal no governo, é tênue".

Carta de Goiânia

Os atuais congressistas não têm poder constituinte originário e, além disto a Constituição em vigor não foi regulamentada em 141 artigos: estes são os motivos principais dos sindicatos de administradores do Brasil se oporem à revisão constitucional que está sendo proposta. Eles acreditam que a reforma significará um retrocesso e por isto estão se mobilizando, junto com a OAB, ABI, UNE, CNBB, centrais sindicais, para defender a Carta Magna de 1988 "das ameaças das elites e de golpistas travestidos de reformadores sociais". Tudo isto está expresso na Carta de Goiânia, elaborada dia 21 de agosto, durante encontro da Federação Nacional dos Administradores.

Questionário da Cultura

Se você ainda não recebeu o Questionário da Cultura, distribuído pelo Sinergia, na sua base, solicite ao representante sindical. O objetivo do levantamento é receber sugestões para a área da cultura e cadastrar os produtores culturais da Celesc e Eletrosul. É com estas informações que o Dep. de Cultura irá desenvolver sua programação.



VI ENEL debateu privatizações

A ameaça de privatização do setor elétrico brasileiro e a nova estrutura do Comando Nacional dos Eletricitários, foram os pontos altos de debates do VI Enel (Encontro Nacional dos Eletricitários) que aconteceu de 20 a 22 de agosto, em Belo Horizonte. Participaram do encontro 180 delegados do país inteiro, que também aprovaram, na íntegra, a proposta de pauta da Intersul como a pauta nacional da campanha deste ano que será encaminhada à Eletrobrás em setembro.

Além da privatização, os eletricitários discutiram e estudaram encaminhamentos para enfrentar a terceirização, reforma constitucional, modelo do setor, periculosidade e reforma administrativa" (demitidos).

Política "é dando que se recebe" derruba reajuste com 100% da inflação

A aprovação da proposta de política salarial do governo - reajuste mensal com redutor de 10% para quem ganha até seis mínimos - surpreendeu a todos. Na véspera da votação no Congresso era praticamente certa a derrota do governo, mas a já famosa política do "é dando que se recebe" entrou em ação e mudou o rumo das coisas.

"Nossos deputados não conseguem nomear ninguém, se o governo que consolidar seu apoio deve dar uma contrapartida", disparou o deputado Salatiel Carvalho, líder do PP - Partido Progressista na Câmara. Pediu levou a promessa de cargos no Ministério da Saúde assegurou alguns votos para a proposta governista.

Ninguém sabe ao certo o que (ou quanto) consolidou o placar de 318 a

144 votos a favor do governo na Câmara e 58 a 18 no Senado. Mas que houve uma mudança repentina na tendência, isso toda a imprensa brasileira concorda.

Os parlamentares catarinenses que votaram com o governo foram Dirceu Carneiro (PSDB), Dejanir Dalpasquale (PMDB), Edson Andrino (PMDB), Luiz Henrique da Silveira (PMDB), Neuto de Couto (PMDB), Cesar Souza (PFL), Orlando Pacheco (PFL) e Ruberval Pilotto (PPR).

EM TEMPO - Na edição número 234 do Linha Viva informamos que o senador Nelson Wedekin (PDT) havia votado contra o reajuste mensal de salário com 100% da inflação. Erramos. Wedekin, em todo o processo de discussão da política salarial, votou com os trabalhadores.

ção dos usuários - a população - que deve fazer o que não está fazendo hoje: acompanhar, avaliar e propor serviços, passando assim a acreditar neste atendimento. Esta participação, que já tem um canal nos Conselhos de Saúde, deve ser incentivada pelo pessoal da área.

Só com estas mudanças o sistema de saúde brasileiro passará a atuar sobre a realidade se desvencilhando da orientação atual que não agrada nem quem trabalha com saúde e nem quem precisa de seus serviços.

O eixo de todo debate, no qual participaram Sovernir Macio Dias e Carlos Guilherme Santos, do Sinergia, foi o reforço à municipalização, ou o SUS, e uma nova postura dos trabalhadores de saúde, cujos melhores exemplos são os atendimentos municipais de Florianópolis, Joinville, Rio do Sul, Lages e Chapecó.

Privatizando o setor elétrico



A Nova Ordem Mundial parece não ter ordem nenhuma no Brasil e países dependentes em geral. Dentro de alguns meses o governo brasileiro vai inaugurar a hidrelétrica de Xingó e em seguida irá vendê-la para a iniciativa privada. A aparente falta de sentido em ações como esta, tem razões bem claras para aqueles que ditam a tal de Nova Ordem Mundial.

O patrimônio do setor elétrico brasileiro está avaliado, segundo os custos de investimento (aquilo que o povo pagou para construí-lo) em cerca de 100 bilhões de dólares. Mas, os economistas dizem que seu "valor de mercado" não passa de 8 ou 10 bilhões de dólares. As estimativas dão conta que, em 1994, se a tarifa estiver recuperada, o setor terá uma receita de 15 bilhões de dólares. Isto é muito mais que um bom negócio!

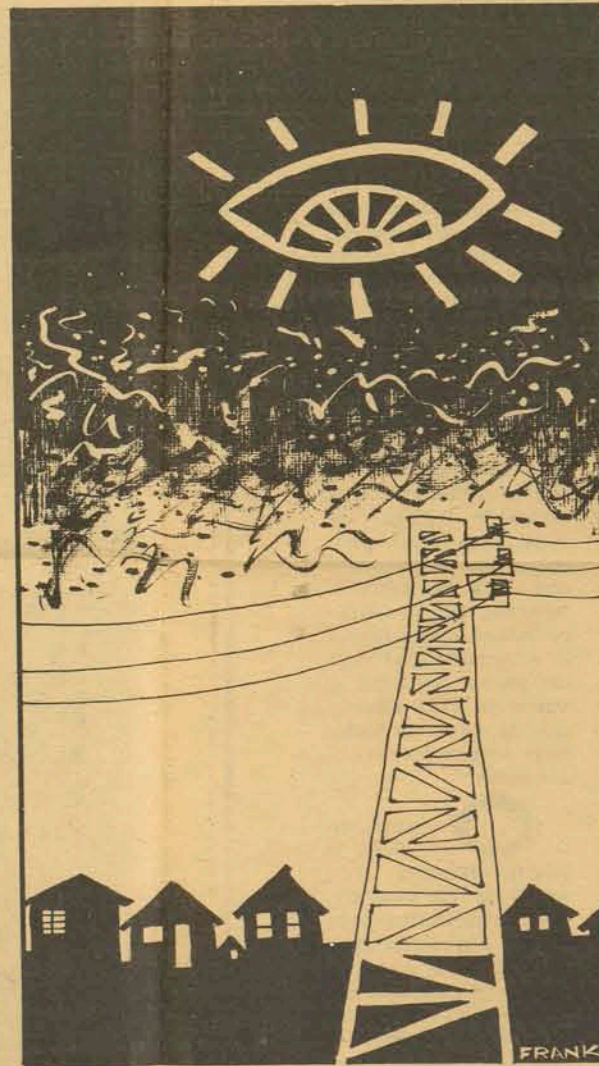
O governo brasileiro contratou um consórcio de consultoras privadas para 1) diagnosticar o setor elétrico; 2) propor um modelo institucional; 3) propor alterações na legislação e; 4) propor formas de desestatização do Sistema Eletrobrás. Sobre isto, Luiz Pinguelli Rosa, presidente da Associação Latino-Americana de Planejamento Energético pergunta: "como é que uma coisa tão séria, envolvendo patrimônio público, política energética e estratégias de desenvolvimento nacional, está sendo analisada por consultoras privadas?"

Até março ou abril próximos a Ligth e a Escelsa, consideradas o "filé mignon" do setor elétrico brasileiro, por serem as mais lucrativas, poderão ser vendidas. Quem comprar a Ligth vai levar também 49% das ações da Eletropaulo e outras tantas da Cesp. O volume de dinheiro desta transação é muito grande e os empresários não estão conseguindo bancar a compra. Por isto, o BNDES (uma empresa do governo, paga pelo povo brasileiro) está organizando um consórcio de empresas privadas a fim de consumir o negócio. Um detalhe: os reservatórios da Ligth também são responsáveis por grande parte do abastecimento de água potável do Rio de Janeiro.

VOLTANDO ÀS TREVAS

O governo tem um plano de recuperar a tarifa até o final do ano - ela passa de 42 dólares o megawatt/hora para perto de 67 dólares o MWh, tornando mais atraente ainda a venda das empresas de energia elétrica. Mas, que ninguém se engane: depois da privatização as tarifas continuarão subindo. Pelo menos é o que aconteceu em países como Argentina, onde ela duplicou depois da privatização, ultrapassando os 100

QUEM DÁ MENOS?



dólares o MWh e no Chile, onde o valor é três vezes maior.

A empresa privada não está interessada em equilíbrio social ou desenvolvimento da nação. Ela vive do lucro, fazendo pouco caso das fronteiras e dos povos. Na Argentina, uma empresa está se negando a atender os bairros pobres de Buenos Aires. E agora, em julho, a EDENOR, recentemente privatizada, cortou o fornecimento de milhares de favelados, porque eles faziam ligações clandestinas. O governo Menem, assustado com a reação, pôs o diretor da EDENOR na cadeia. Mas não adianta nada: as pessoas não têm dinheiro para pagar o preço da energia elétrica. A classe média argentina está

se desfazendo até dos chuveiros elétricos por não conseguir acompanhar os preços.

No Brasil, na primeira semana de agosto, muito antes da privatização e da total recuperação das tarifas, as indústrias eletrointensivas pediram ao Ministro Paulino Cícero, mais subsídios para a energia elétrica, principalmente para as indústrias de alumínio que estão com dificuldades de competir com suas rivais russas. (E os "liberais" dizem que o mercado é que deve regular tudo...).

PELO MUNDO

A maioria das grandes geradoras hidrelétricas do mundo é estatal. Ninguém, que tenha um sentido de nação, passa para a iniciativa privada a exploração de rios. No Canadá a Hydro Quebec é estatal, nos EUA a TVA é do governo americano. A EDF francesa não sai das mãos públicas e a ENEL italiana também continua pública. Mas, é claro, isto não acaba com os desejos dos homens de possuir riquezas que nos seus países lhes são proibidas.

O Banco Chase Manhattan, explicou à Gazeta Mercantil, porque lançou, no início de agosto, um fundo de investimentos nomeado Chase Energy. Segundo eles, é para atender a demanda de papéis do setor de energia brasileiro - o próximo a "participar" do PND (Plano Nacional de Desestatização).

Assim, a aparente desordem, mostra ao final o que é a Nova Ordem Mundial. Os governos dos países periféricos estão simplesmente obedecendo ordens do novo poder transnacional: o Banco Mundial. Já em 1990 ele propôs ao Brasil a privatização do setor elétrico criticando a Constituição de 1988 e os subsídios ao gás de cozinha e à eletricidade nas residências (o grifo é nosso). Só não falou nada sobre os mesmos subsídios para as multinacionais de alumínio da Amazônia.

Por isto, sabemos o que o governador Kleinubing está fazendo, quando diz que vai privatizar a Celesc. Ele apenas repete o último relatório do Banco Mundial, que recomenda: "o governo brasileiro deve reduzir sua regulação do setor de energia, para poder focalizar sua atenção onde a ação pública é necessária: educação e saúde".

Por isto também que o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso está tão afoito. Sexta-feira anunciou a criação de um incentivo especial à venda de empresas estatais estaduais e anunciou a ampliação da lista de estatais federais à venda, com a inclusão de companhias distribuidoras de eletricidade. Cabe a eles o papel sujo de implementar a Nova Ordem Mundial.

TRIBUNA LIVRE

Unidade conservadora renovada

Glauco Marques /Diretor do Sinergia

Desde que Itamar assumiu, é frequente nos jornais e declarações governistas a expressão "crise de governabilidade", eufemismo utilizado para traduzir que as elites não estão unidas em torno de um projeto comum. É interessante verificar que justamente quando esta situação acontece, os setores populares conseguem fugazes avanços políticos ou sociais. Foi assim na segunda metade do governo Sarney e nos primeiros meses do governo Itamar.

Está ficando claro, no entanto, que a unificação vai se consolidando, restando as tradicionais disputas fisiológicas como aparentes contradições. A unidade se dá em torno do consenso sobre a aplicação do projeto neo-liberal, o mesmo do governo Collor, o que passa pelo artifício de reescrever a Constituição aprovada em 1988. Para tanto, entre outras alterações propostas está o fim do monopólio estatal nos setores estratégicos (energia elétrica, petróleo, telecomunicações, etc...) e o zeramento de todas as conquistas sociais no que concerne as relações entre capital e trabalho, incluindo as constantes na CLT ou em acordos, liquidando inclusive com a figura do "direito adquirido".

Nesta ofensiva conservadora, travestida de "modernidade", enfrentam-se dois grupos, cada qual procurando credenciar-se como o real representante do neo-liberalismo de quinto mundo.

De um lado temos a direita tradicional que tem entre seus representantes Antônio Carlos Magalhães, Jorge Bornhausen, Amin e Paulo Maluf, os quais dispensam comentários, dado suas conhecidas trajetórias. De outro, encontramos a direita renovada, explicitada por expressões como Fernando Henrique Cardoso, Roberto Freire, Fogaça e pasmem, Barelli.

FHC, de glamoroso passado de "esquerda", consegue a proeza de opor-se a um projeto relativo à concessão de serviços públicos, por ele apresentado e que contava com a simpatia das centrais sindicais, para alinhá-lo com propostas defendidas pelos deputados Roberto Campos e Aleluia, conhecidos testas de ferro de oligopólios estrangeiros. Roberto Freire, diferente de seu discurso em defesa de um "socialismo renovado", renova-se enquanto direita, assumindo articulações para aprovação de projetos como a lei das patentes, cristaliza manifestação dos interesses norte-americanos no Congresso Nacional.

Fogaça, despojado do antigo charme conferido em letra de música da dupla Kleiton e Kledir, destaca-se como um dos mais ardorosos defensores da privatização do setor elétrico. E foi na aprovação recente do Projeto de Política Salarial do governo, que este talvez novo Centrão, deu mostras da citada "unidade".

Combinando o "é dando que se recebe" relativo à liberação de verbas e concessão de emissoras de rádios de interesse de parlamentares com o receio de ver fortalecida a candidatura Lula, foi feita uma opção. Ao invés de garantir salários menos injustos e implementar medidas anti-recessivas, a única medida adotada é arrochar o poder aquisitivo dos assalariados. Optaram aqueles parlamentares, por continuar beneficiando os que ganham com a especulação e seus altos juro, os que remarcam preços diariamente e os que sonham impostos.

Para concluir, uma indagação. Desde o advento da política desenvolvimentista de Kubitschek, passando pela Ditadura Militar, os setores estratégicos têm sido utilizados, sob a responsabilidade do Estado, como meios para a indústria privada auferir lucro. Lembremos também que um dos pilares do neo-liberalismo é a abertura completa ao mercado internacional. Aliás, este detalhe é responsável pelo sucateamento da indústria em países como Bolívia, Chile e Argentina, por não terem condições de competir com produtos vindos de fora. Se no Brasil também estão dadas as condições para que tal situação se estabeleça, principalmente se vingarem as propostas conservadoras na Revisão Constitucional, o fato dos industriais do país estarem interessados em comprar os setores de infra-estrutura não seria uma evidência a mais, de que no modelo neo-liberal para o Brasil não existe possibilidade de expansão industrial no médio e talvez até longo prazo, deslocando-se então o capital para os serviços considerados essenciais?

Ou seja, não estaria aí uma confirmação e reconhecimento do prolongamento e aprofundamento da crise com o encolhimento da indústria, pelos próprios portadores do discurso de salvação neo-liberal?

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Rosemeri Dolor Siqueira. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scamazzon (DRT/RS4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866 Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

cinema

Esta é a programação do cinema do Centro Integrado de Cultura até o final deste mês. Os filmes programados integram a mostra do cinema francês. Os eletricitários, com a apresentação da carteira do Sinergeria, têm direito a meia-entrada, em razão de acordo do sindicato com o CIC:

Quinta-feira, 26
Sexta-feira, 27 e Sábado, 28:
19h - Perdas e Danos
21h - Todas as Manhãs do Mundo
Domingo, 29:
17h - Todas as Manhãs do Mundo
19h - Perdas e Danos
21h - Tem Dias de Lua Cheia
Segunda-feira, 30 e terça-feira, 31:
21h - Tem Dias de Lua Cheia

Todas as Manhãs do Mundo (Tous les Matins du Monde). França, 1991. Direção de Alain Corneau. Com Gérard Depardieu, Guillaume Depardieu, Jean-Pierre Marielle, Anne Brochet, Caroline Sihol, Michel Bouquet e Jean-Claude Dreyfus. Duração: 1h55min. De 1660 a 1669, dois músicos se defrontaram: Saint-Colombe, grande mestre da viola de gamba, partidário do rigor, da solidão e do misticismo; e Marin Marais, seu aluno, que buscava mais a Corte, sua riqueza e honrarias, tornando-se um dos músicos mais prestigiados por Luís XIV. Uma paixão comum pela música irá reaproximá-los.

Tem Dias de Lua Cheia (Il y a des Jours... et des Lunes). França, 1989. Direção de Claude Lelouch. Com Gérard Lanvin, Patrick Chesnais, Vincent Lindon, Francis Huster, Annie Girardot, Marie-Sophie L., Philippe Léotard, Gérard Darmon e Serge Reggiani. Duração: 2h15min. É o dia da passagem da estação, da primavera para o verão, dia de lua cheia, em que vários destinos se cruzam. São treze personagens envolvidos por esta nova hora, quando os relógios são adiantados uma hora e também uma influência austral propicia para comportamentos diferentes. O diretor já fez mais de 31 filmes, entre eles "Um Homem e uma Mulher".

Qualquer alteração na programação é de exclusiva responsabilidade do CIC.

Um Lamento Ianomâmi

"Meu canto esconde-se como um bando de ianomâmis na floresta..."

Samuel Pantoja Lima
Pres. Sindicato Bancários Fpolis

Na canção-manifesto de Caetano Veloso, "Fora da Ordem", a trágica premonição: os mais de 70 ianomâmis chacinados pelos garimpeiros não puderam contar com a cumplicidade dos deuses da mata. O terreiro da aldeia Haximu fora varrido com facões e balas, e não com vassouras. Dentro da noite veloz, 15 homens "brancos" reeditaram o terceiro ato da peça "Bárbarie Brasileira". Outubro de 92: 111 presos do Carandiru assassinados a sangue frio; em julho passado: oito meninos de rua da Candelária são massacrados pela própria PM.

O hediondo gesto, que ecoa no mundo todo, coloca o Brasil - em definitivo - no rol dos países que não conseguem "proteger os mais fracos de seus cidadãos". O episódio em si remete a outra reflexão: a inauguração do Brasil, em 1500. Sim, digo "inauguração", parafraseando o menestrel cearense Luiz Osvaldo Sant'Iago. Naquele 22 de abril, na paradisfaca Porto Seguro (BA), os portugueses realizaram o primeiro "pacto social" da nossa história: os novos "senhores" usurpavam dos índios sua língua, cultura, religião e, pra arrematar, a própria liberdade dos então habitantes da terra brasileira submetendo as nações à escravidão das fazendas. Em troca, os "descobridores" ofereciam um espelhinho pra cada um deles olhar sua cara de besta...

Ali, rigorosamente, começa a longa noite para a nação tupi: Ouço a notícia e recorro às palavras; estão todas vazias. Ne-

nhum adjetivo é capaz de expressar o significado desse ato-fato hediondo. O primeiro impulso é julgar o banditismo dos 15 garimpeiros. Não, os executores são criminosos banais, posto que os responsáveis jamais colocaram os pés numa grota de garimpo. São dois tipos de "mandantes" desse crime.

De um lado, os burocratas de plantão encastelados na ilha da fantasia de Brasília - "enquanto os homens exercem seus podres poderes, índios e padres e bichas, negros e mulheres fazem o

gente burra e corrupta, cujo projeto de país só se viabiliza com 32 milhões de famintos, nove milhões de desempregados e o pior salário mínimo do planeta. Os gananciosos empresários do ouro da Amazônia nunca pisaram nos barrancos dos garimpos, porque montados nessa espiral da superexploração, apenas contabilizam seus lucros em luxuosos gabinetes e mansões, de São Paulo a Miami.

No meio de tudo, uma sociedade muda que parece estar profundamente anestesiada.

Recorro ao poeta baiano uma vez mais: "E quando ouvir o silêncio sorridente de São Paulo, diante da chacina. 111 presos indefesos, mas presos são quase todos pretos...". Fazemos todos nossa catarse diária assistindo os "Aqui e Agora" da vida. A violência passou a ser vista como um valor de sobrevivência, algo muito próximo do grotesco. A Constituição reacionária colocou o valor da vida abaixo do da propriedade. Sim, somos todos co-niventes.

O assassinato frio e premeditado dos mais de 70 brasileiros-ianomâmis produziu em mim dois sentimentos, a um só tempo: repugnância e profunda vergonha de ser brasileiro. Os sons da mata, que ouvi na infância são

ainda audíveis: curumins, cuiantãs (as gurias dos índios), caboclos, ribeirinhos, povos da floresta, sacis e fadas: uni-vos. Permaneço atento e atordoado. E teimando a sina de tirar leite das pedras, quero enxergar na luz da poesia de Adélia Prado uma ponte para uma sociedade de cidadãos, socialista, humanitária e democrática: "Eu sempre sonho que uma coisa gera/ nunca nada está morto./ O que não parece vivo, aduba, o que parece estático, espera".



carnaval". Na longínqua Haximu, os dois sobreviventes fazem o funeral de corpos e almas mutilados. No país dos "Severinos", continua valendo a poema-denúncia de João Cabral de Mello Neto: "Onde se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte e de fome um pouco por dia".

De outro lado, o capitalismo à brasileira - mistura fina de miséria espiritual com mentalidade pré-medieval -, onde habitam os donos do poder. Uma elite diri-